

TERMO DE REFERÊNCIA 2025  
CONSULTORIA POR PRODUTO – PESSOA FÍSICA

---

**1. Código e título do projeto**

PNUD BRA/18/008 – Fortalecimento da garantia e promoção de Direitos das Pessoas com Deficiência.

**2. Número e título do edital**

Edital nº 09/2025 – Material com informações sobre os direitos da pessoa com deficiência.

**3. Organismo internacional**

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**4. Secretaria temática demandante**

Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNDPD.

**5. Supervisor técnico**

Supervisor Técnico: Wandemberg Venceslau Rosendo dos Santos.

Cargo: Coordenador-Geral de Pesquisa de Dados e Indicadores.

Supervisor Técnico (Substituto): Jonathas Rodrigo Bitencourt Duarte.

Cargo (Substituto): Coordenador de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**6. Antecedentes e justificativa**

A deficiência continua sendo um dos principais desafios sociais e econômicos enfrentados pelas sociedades contemporâneas, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Embora tenham ocorrido avanços significativos na inclusão social, ainda existem barreiras importantes para a plena compreensão da realidade das pessoas com deficiência, seja pela escassez de dados desagregados, seja pelas divergências entre diferentes levantamentos oficiais.

De acordo com a PNAD Contínua 2022, cerca de 18,6 milhões de pessoas com 2 anos ou mais têm algum tipo de deficiência, o equivalente a 8,9% da população brasileira nessa faixa etária. Já os dados preliminares do Censo Demográfico 2022, divulgados em maio de 2025, apontam para um número menor: 14,4 milhões de pessoas, ou 7,3% da população com 2 anos ou mais. Além disso, o Censo trouxe pela primeira vez a informação de que 2,4 milhões de brasileiros foram identificados com diagnóstico de autismo, atendendo à Lei 13.861/2019.

Essas diferenças refletem a diversidade de metodologias adotadas: enquanto a PNADc trabalha com pesquisa amostral contínua, com questionários simplificados e entrevistas em

domicílios, o Censo mobiliza levantamento censitário completo, aplicando um instrumento padronizado em escala nacional. As variações decorrem tanto do desenho amostral quanto da forma como as perguntas são elaboradas e compreendidas pela população, impactando diretamente na comparabilidade dos resultados.

Além disso, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD/MDHC) já dispõe de bases, registros e levantamentos próprios que reúnem informações de interesse geral sobre a população com deficiência. Esses dados, muitas vezes ainda pouco conhecidos pelo público, precisam ser difundidos de maneira acessível e transparente.

Entre esses instrumentos, destaca-se o Registro de Referência da Pessoa com Deficiência, que já conta com mais de 3,5 milhões de pessoas cadastradas. O Registro é uma ferramenta estratégica como ponte para o acesso a direitos, incluindo benefícios como o passe livre interestadual e a credencial de estacionamento para pessoas com deficiência.

Dante disso, faz-se necessária a produção de insumos técnicos que sistematizem dados oficiais, consolide recomendações de linguagem simples e acessibilidade digital e apresentem exemplos técnicos de visualização de indicadores, para apoiar gestores e qualificar a disseminação de informações por meios institucionais regulares. Tais insumos devem orientar o uso de dados em relatórios e peças técnicas, sem substituir a comunicação institucional do órgão.

## 7. Enquadramento nas ações do Projeto

**7.1** Produto 3: Plano de fortalecimento da produção de dados e pesquisas aplicadas sobre os direitos da pessoa com deficiência desenvolvido.

**7.2.** Atividade 3.6: Elaborar estudos e conteúdo para ampliar a disseminação das informações sobre o tema, incluindo estratégia específica para mídias sociais.

## 8. Finalidade da contratação [Descrição concisa do resultado esperado da consultoria]

Contratação de consultor(a) pessoa física, na modalidade produto, para elaborar estudos, guias e manuais técnicos voltados à sistematização e tradução acessível de informações sobre os direitos da pessoa com deficiência, com exemplos técnicos de visualização para uso em relatórios oficiais e apresentações a gestores públicos, sem execução de campanhas de comunicação institucional ou gestão de mídias sociais.

## 9. Requisitos [Perfil de Qualificação]

Por exigência do organismo internacional, a contratação ficará condicionada à apresentação dos seguintes documentos:

- Atestado médico que comprove boas condições de saúde; e
- Comprovante de imunização contra a covid-19

### 9.1. Requisitos Obrigatórios:

9.1.1. Formação acadêmica: Mestrado em Comunicação Social, Jornalismo, Design da Informação, Estatística, Ciências Sociais, Políticas Públicas ou áreas correlatas, em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação.;

9.1.2. Experiência profissional mínima de 3 anos em elaboração de relatórios técnicos, guias, manuais ou fichas de indicadores aplicados a políticas públicas, direitos humanos ou inclusão social, com portfólio comprovado contendo exemplos de visualização de dados (gráficos, quadros, infográficos aplicados a relatórios ou apresentações institucionais.

### 9.2. Requisitos Desejáveis:

9.2.1. Doutorado em Comunicação, Políticas Públicas, Estatística, Demografia, Design da Informação, Sociologia ou áreas correlatas, em instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

9.2.2. Experiência em projetos de comunicação voltados a direitos humanos, inclusão social ou políticas públicas.

9.2.3. Certificação de softwares de edição e visualização técnica (Adobe Creative Suite, Figma, Canva, Excel, Power BI, R, Tableau, entre outros) aplicados a relatórios, guias e manuais.

9.2.4. Experiência comprovada na produção de conteúdos acessíveis (legendas, audiodescrição, alt-text, tradução em Libras) e adequação de materiais a parâmetros de acessibilidade digital.

9.2.5. Experiência comprovada em tradução de dados complexos em narrativas visuais e digitais compreensíveis para públicos diversos.

9.2.6. Exemplo comprovado de aplicação prática de diretrizes de acessibilidade digital (WCAG 2.1) e/ou linguagem simples.

## 10. Atividades a serem desenvolvidas

- Levantamento e sistematização de conteúdos e bases de dados da SNDPD/MDHC, bem como de levantamentos oficiais (PNADc, Censo, registros administrativos), selecionando informações relevantes para subsidiar políticas públicas.
- Tradução de dados técnicos em linguagem acessível e inclusiva, com uso de linguagem simples e parâmetros de acessibilidade digital (WCAG 2.1), apresentando exemplos técnicos de visualização (gráficos, quadros, modelos).

- Elaboração de relatório técnico de análise e recomendações sobre estratégias de disseminação de informações em documentos institucionais (relatórios, apresentações, notas técnicas), sem execução de campanhas de comunicação institucional.
- Produção de guia metodológico e manual técnico contendo recomendações sobre acessibilidade, linguagem inclusiva, checklists de boas práticas, glossário e modelos técnicos anexos para uso dos gestores públicos.
- Preparação de fichas analíticas de indicadores estratégicos (mínimo 12), com definições, fontes, periodicidade, notas metodológicas e sugestões de visualização em formatos editáveis.
- Participação em reuniões técnicas de alinhamento com a equipe da SNDPD/MDHC, incorporando contribuições e revisões.
- Elaboração de relatório narrativo final, consolidando os conteúdos produzidos, sistematizando recomendações e orientações para a continuidade da estratégia de disseminação de informações e governança dos insumos técnicos.

## 11. Produtos e resultados esperados

O Consultor deverá usar o arquivo 2025 Modelo Produto.docx para apresentar os relatórios técnicos.

Produtos	Descrição
<b>Produto 1</b> – Documento técnico contendo análise e recomendações sobre comunicação inclusiva	<p>Relatório técnico contendo análise comparada das bases de dados existentes (PNADc, Censo, registros administrativos) e recomendações de estratégias de disseminação de informações sobre a população com deficiência, incluindo boas práticas nacionais e internacionais em linguagem simples e acessibilidade digital.</p> <p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Diagnóstico das bases e limitações;</li><li>• Recomendações metodológicas sobre linguagem simples e acessibilidade digital (WCAG 2.1);</li><li>• Exemplos de representações visuais aplicadas a indicadores (anexos ilustrativos em formatos editáveis e exportados);</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sugestões de disseminação em relatórios oficiais e canais institucionais.</li> </ul>
<p><b>Produto 2:</b> Documento técnico contendo proposta de guia metodológico de tradução de dados em linguagem inclusiva</p>	<p>Guia metodológico apresentando recomendações sobre como traduzir informações estatísticas em narrativas compreensíveis para públicos diversos, com exemplos práticos de visualização de indicadores e parâmetros de acessibilidade digital.</p> <p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura conceitual da linguagem simples aplicada a dados;</li> <li>• Exemplos ilustrativos (anexos) de fichas e quadros visuais em formatos editáveis;</li> <li>• Recomendações de uso para órgãos públicos;</li> <li>• Parâmetros de acessibilidade digital aplicados.</li> </ul>
<p><b>Produto 3:</b> Documento técnico contendo mapeamento e sistematização de bases de dados</p>	<p>Documento técnico contendo o mapeamento e a sistematização das bases administrativas existentes sobre pessoas com deficiência, detalhando responsáveis, periodicidade, escopo, variáveis-chave e recomendações para uso em políticas públicas.</p> <p>Deverá conter minimamente:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro-síntese padronizado de cada base;</li> <li>• Contatos oficiais e formas de acesso;</li> <li>• Recomendações de integração em políticas públicas;</li> <li>• Versões em formato editável e PDF naveável com links.</li> </ul>
<p><b>Produto 4:</b> Documento técnico contendo relatório analítico de indicadores estratégicos</p>	<p>Relatório técnico contendo fichas analíticas de indicadores estratégicos (emprego, escolaridade, saúde, proteção/assistência), com definição conceitual, fonte, periodicidade, notas metodológicas e sugestões de visualização para uso em relatórios oficiais e apresentações técnicas</p> <p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fichas padronizadas de no mínimo 12 indicadores estratégicos;</li> <li>• Definições conceituais, fontes, periodicidade e notas metodológicas;</li> <li>• Sugestões de visualização gráfica (gráficos e quadros em formato editável e exportado);</li> <li>• Glosário de termos técnicos;</li> <li>• Guia de leitura rápida para gestores públicos.</li> </ul>
<p><b>Produto 5:</b> Documento técnico contendo manual técnico de orientação sobre o Registro de Referência</p>	<p>Manual técnico com orientações para utilização do Registro de Referência da Pessoa com Deficiência em políticas públicas, incluindo funcionalidades, dados disponíveis, potenciais aplicações e recomendações de uso por gestores.</p>

	<p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Descrição do Registro e dados disponíveis;</li><li>• Exemplos de aplicação (apresentações-modelo, notas técnicas-modelo, one-pager técnico, em anexos editáveis);</li><li>• Checklist de acessibilidade e linguagem inclusiva;</li><li>• Recomendações para atualização e manutenção;</li><li>• Relatório narrativo final</li></ul>
--	---

## 12. Cronograma de entrega e pagamento dos produtos

Produto	Prazo de entrega após assinatura do contrato	Valor	Percentual
Produto 1	25 dias	R\$ 4.200,00	10%
Produto 2	55 dias	R\$ 10.920,00	26%
Produto 3	85 dias	R\$ 9.240,00	22%
Produto 4	115 dias	R\$ 11.760,00	28%
Produto 5	140 dias	R\$ 5.880,00	14%
Total	--	R\$ 42.000,00	100%

## 13. Valor total do contrato

R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

## 14. Duração do contrato

A duração do contrato é de 150 dias a partir da assinatura do termo.

## 15. Insumos

- Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão;

- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – promulga a convenção internacional das pessoas com deficiência.

## 16. Previsão de viagens

A consultoria deve ter disponibilidade para participar de eventuais reuniões na Secretaria Temática, que ocorrerão preferencialmente por videoconferência. Passagens e diárias para eventuais reuniões presenciais serão custeadas pelo Projeto, caso a pessoa selecionada não resida no Distrito Federal.

Estão previstas, ao longo do contrato, a realização de viagens que subsidiarão o objetivo da consultoria e o desenvolvimento dos produtos. As despesas relativas a passagens e diárias serão custeadas pelo Projeto.

## 17. Localidade do trabalho

Local de Trabalho: Território Nacional.

## 18. Número de vagas

Número de Vagas: 1 (uma) vaga.

## 19. Inscrições

- 19.1. As pessoas interessadas em participar do processo seletivo deverão encaminhar currículo, conforme modelo disponível em [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/editais-2025/2025\\_CV\\_padrao.docx](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/editais-2025/2025_CV_padrao.docx), para o endereço eletrônico [editais.sndpd@mdh.gov.br](mailto:editais.sndpd@mdh.gov.br), até a data limite estabelecida para inscrição.
- 19.2. O currículo deverá ser apresentado em formato PDF e obrigatoriamente em língua portuguesa. Arquivos corrompidos, ilegíveis ou que apresentem defeitos que impeçam sua visualização não serão considerados.
- 19.3. O campo “assunto” do e-mail deverá conter, obrigatoriamente, a seguinte identificação: Projeto PNUD BRA/18/008 – Edital 09/2025, a fim de indicar a vaga a que se refere a candidatura.
- 19.4. As candidaturas que não observarem as condições estabelecidas nos subitens anteriores serão desconsideradas.

## 20. Critérios de avaliação:

### Fase I: Até 80 pontos (nota máxima da fase de análise curricular)

Requisitos obrigatórios	Até 80 pontos
Mestrado em Comunicação Social, Jornalismo, Design da Informação, Estatística, Ciências Sociais, Políticas Públicas ou áreas correlatas, em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	20 pontos (somente um mestrado)
Experiência profissional mínima de 3 anos em elaboração de relatórios técnicos, guias, manuais ou fichas de indicadores aplicados a políticas públicas, direitos humanos ou inclusão social, com portfólio comprovado contendo exemplos de visualização de dados (gráficos, quadros, infográficos aplicados a relatórios ou apresentações institucionais.	Até 20 pontos 3 anos completos: 5 pontos 4 anos a 6 anos completos: 12 pontos 6 anos a 8 anos completos: 18 pontos 9 anos completos ou mais: 20 pontos
Requisitos Desejáveis	
Doutorado em Comunicação, Políticas Públicas, Estatística, Demografia, Design da Informação, Sociologia ou áreas correlatas, em instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	10 pontos (somente um doutorado)
Experiência em projetos de comunicação voltados a direitos humanos, inclusão social ou políticas públicas.	Até 6 pontos 2 pontos por ano de experiência comprovada
Certificação em softwares de edição e visualização técnica (Adobe Creative Suite, Figma, Canva, Excel, Power BI, R, Tableau, entre outros) aplicados a relatórios, guias e manuais.	Até 5 pontos 2,5 pontos por certificação
Experiência comprovada na produção de conteúdos acessíveis (legendas, audiodescrição, alt-text, tradução em Libras) e adequação de materiais a parâmetros de acessibilidade digital.	Até 8 pontos 2 pontos por exemplo comprovado de conteúdo acessível produzido (legendas, audiodescrição, alt-text, materiais em Libras, adaptações WCAG 2.1)

Experiência comprovada em tradução de dados complexos em narrativas visuais e digitais compreensíveis para públicos diversos.	Até 5 pontos 1 pontos por ano de experiência comprovada.
Conhecimento prático em diretrizes de acessibilidade digital (ex.: WCAG 2.1) e em linguagem simples para comunicação inclusiva.	Até 6 pontos 1 ponto por exemplo comprovado de aplicação prática de diretrizes de acessibilidade digital (WCAG 2.1) e/ou linguagem simples.

**Fase II: Até 20 pontos (nota máxima da fase de entrevista)**

Habilidades e competências	Até 20 pontos
Deverá apresentar domínio dos assuntos relacionados ao objeto da contratação, demonstrando fluência verbal, cordialidade, polidez, assertividade, atenção, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, além de capacidade de análise e síntese.	A pontuação será atribuída de forma proporcional ao número de perguntas, de acordo com o nível de atendimento a cada requisito.

**21. Disposições finais**

Leia atentamente o documento **“Critérios Gerais de Seleção 2025 – Projetos de Cooperação Internacional/MDHC”**, disponível em [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/editais-2025/2025\\_Criterios\\_consultorias\\_PF.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/editais-2025/2025_Criterios_consultorias_PF.pdf). Nele estão as informações gerais do processo seletivo: requisitos, inscrições, previsão de viagens, regras de inabilitação, classificação e resultado, além das disposições sobre contratação, entrega, pagamento e avaliação dos produtos, bem como os critérios de seleção e a pontuação máxima por fase.